

**ORGANIZAÇÃO
RESISTÊNCIA LIBERTÁRIA**

**CICLOS DE ESTUDOS
ANARQUISTAS**

**TEMA: "ESPECIFISMO:
A CONSTRUÇÃO DO
ANARQUISMO ORGANIZADO"**



Sumário:

Apresentação.....	pág. 05
Especifismo - Adam Weaver.....	pág. 08
A Organização Política Anarquista - FAU.....	pág. 16
Especifismo - FARJ.....	pág. 19
Anarquismo Especifista - Felipe Corrêa.....	pág.35

APRESENTAÇÃO

Um dos estigmas lançados contra o anarquismo é o de que ele seria contra a organização. Este estigma foi lançado tanto por adversários da direita como da esquerda. Mas há também entre aqueles que se denominam anarquistas, os que defendem a ideia de que o anarquismo seria contra a organização. Esta posição é defendida principalmente por aqueles denominados anarco-individualistas.

O objetivo desta cartilha é esclarecer os principais aspectos do anarquismo especificista, corrente do anarquismo social que defende a necessidade a organização política de anarquistas.

O primeiro texto, de Adam Weaver, trata brevemente do surgimento do anarquismo especificista, elaborado pela Federación Anarquista Uruguaya (FAU). A partir daí, o especificismo passou a difundir-se por outros países da América do Sul, incluindo o Brasil, além de outros recantos do mundo. Neste texto são apresentados de forma sucinta os aspectos mais básicos do especificismo anarquista: a distinção entre níveis de atuação (nível político e nível social); a necessidade de organizações formadas especificamente por anarquistas, a partir de uma unidade teórica e prática, e de objetivos de curto e longo prazo definidos em um programa; a militância social dos militantes da organização por meio da inserção social em lutas e movimentos sociais.

Trazendo as principais influências teóricas e históricas do especificismo, que vão de Bakunin a Malatesta, passando pelas reflexões do grupo Dielo Truda sobre as experiências dos anarquistas na Revolução Russa (que não se limitam à Plataforma de Organização) e os Amigos de Durruti durante a Revolução na Espanha (1936), Weaver afasta as acusações descabidas de que o especificismo nada tem a ver com o anarquismo. O especificismo não cria nada fundamentalmente novo! Ele é uma contribuição surgida no contexto da América do Sul e que apenas sistematiza e atualiza concepções e práticas organizacionais conhecidas e desenvolvidas por anarquistas desde longa data.

O segundo texto da cartilha é um trecho da Carta de Princípios da FAU, produzida em 1996, durante a reformulação da FAU, depois dos longos anos imersa na luta contra a ditadura no Uruguai. Escolhemos este texto por trata-se de um documento basilar do especificismo, produzido pela organização responsável pelas primeiras formulações de um anarquismo denominado como especificista.

Neste documento, a FAU deixa claro o caráter da organização política anarquista como uma “expressão política” dos interesses de classe, colocada a serviço das lutas sociais, que se distingue do vanguardismo por recusar-se substituí-las ou subordiná-las, trabalhando, isto sim, para dinamizá-las e ajudá-las a superar seu caráter espontâneo e imediato, evitando que se esgotem no atendimento das reivindicações concretas de um movimento social e possibilitando a criação de perspectivas revolucionárias.

Ainda no texto, traz-se a ideia que que à organização cabe também o trabalho de produção e difusão de teorias e de análises conjunturais, além de colocar em pauta a questão fundamental da modificação das relações de poder na sociedade capitalista e a reconstrução social sob outras bases, o que pressupõe desde já a organização das forças sociais anticapitalistas e a adesão consciente dos mais amplos setores populares, tornando necessário também o desenvolvimento de uma luta ideológica desenvolvida concomitante a outros aspectos da luta, como o econômico e o militar.

Por fim, apresentamos o terceiro e último texto de nossa cartilha, que consiste de um trecho do último capítulo do Programa da FARJ, aprovado durante o I Congresso da FARJ, em 2008. Trata-se, sem dúvida, do mais importante e mais influente documento do especificismo no Brasil. Embora o trecho por nós escolhido apresente questões contidas nos textos anteriores, ele tem a vantagem de discuti-los com maior profundidade, ressaltando o caráter classista do anarquismo; a recusa da ideologização dos movimentos sociais; as questões referentes à unidade teórica/prática e estratégica/tática; o comprometimento e a responsabilidade dos militantes com a organização; a distinção entre organização de minoria ativa (defendida pelos especificistas) e a organização de vanguarda (defendida por vertentes do marxismo como o leninismo e o trotskismo). Outros aspectos importantes a serem ressaltados no texto são: os contrapontos estabelecidos com relação à perspectiva de um anarquismo distanciado das lutas sociais; o debate com outras concepções de orga-

nização anarquista (sobretudo a de caráter sintetista) e com as posições individualistas e anti-organizacionais, que desde longa data vêm estabelecendo uma influência nefasta no campo do anarquismo. Para facilitar sua leitura, tomamos a liberdade de dividi-lo em tópicos, cujos títulos são de nossa responsabilidade.

Devido ao tamanho do texto original, também tomamos a liberdade de apresentá-lo aqui de forma parcial, excluindo a segunda parte do capítulo que trata das principais referências históricas do especificismo, notadamente a atuação dos anarquistas na Primeira Internacional, a luta dos Maknovistas durante a Revolução Russa, dos magonistas na Revolução Mexicana e da experiência anarquista na Revolução Espanhola. As suas raízes no Brasil estão entre os anos 1890 e as primeiras décadas do século XX, quando sucederá o declínio do sindicalismo revolucionário, que à época constituía o principal “vetor social do anarquismo” em nosso país¹.

Esperamos que os textos aqui apresentados sirvam para esclarecer os principais aspectos do anarquismo especificista, que estimulem a busca pelo aprofundamento das questões discutidas e contribuam para ampliar o interesse por aquilo que para nós encontra-se no DNA do anarquismo: a organização política revolucionária dos anarquistas e sua militância social com vista à construção de forças sociais capazes não só de destruir a ordem capitalista reinante, mas de substituí-la por uma nova organização social, erguida pelo socialismo e pela liberdade.

Boa leitura!

1 Especificismo: organização anarquista, perspectivas históricas e influências. In: Anarquismo social e organização, São Paulo: Faisca, 2009. Os interessados em conhecer não só o restante do capítulo, mas o Programa da FARJ integralmente, também podem adquirir o texto completo no endereço: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/programa-da-farj/>

ESPECIFISMO: A PRÁXIS ANARQUISTA DE DESENVOLVER MOVIMENTOS SOCIAIS E DE ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Adam Weaver¹

Ao redor do mundo, o envolvimento anarquista nos movimentos sociais assim como o desenvolvimento de organizações especificamente anarquistas experimentou um crescimento. Esse movimento está ajudando o anarquismo a ganhar sua legitimidade como uma força política dinâmica dentro dos movimentos sociais e, nessa luz, Especificismo, um conceito nascido de quase cinquenta anos de experiências anarquistas na América do Sul, está ganhando influência no mundo todo. Apesar de muitos anarquistas serem familiarizados com muitas das ideias especificistas, elas devem ser definidas como uma contribuição original à prática e pensamento anarquistas.

A primeira organização a promover o conceito do Especificismo – então mais uma prática do que uma ideologia definida – foi a Federación Anarquista Uruguaya (FAU), fundada em 1956 por militantes que abraçaram a ideia de uma organização especificamente anarquista. Sobrevivendo à ditadura no Uruguai, a FAU emergiu em meados da década de 1980 para estabelecer contato e influenciar outros anarquistas revolucionários sul-americanos. O trabalho da FAU influenciou e ajudou a fundação da Federação Anarquista Gaúcha (FAG), da Federação Anarquista Cabocla (FACA) e da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), em suas respectivas regiões brasileiras, e a argentina AUCA (Rebelde).

Apesar de os conceitos-chave serem explicados em profundidade mais a frente nesse texto, eles podem ser sumarizados em três pontos sucintos:

1. A necessidade de uma organização especificamente anarquista con-

1 Adam Weaver é um Comunista Anarquista de San Jose, CA, EUA.

struída ao redor de uma unidade de teoria e práxis;

2. O uso da organização especificamente anarquista para teorizar e desenvolver trabalho político e popular estratégico;

3. Participação ativa e a construção de movimentos sociais populares e autônomos, descrito como o processo de “inserção social”.

Uma curta perspectiva histórica

Apesar deste só aparecer no cenário do anarquismo latino-americano apenas nas últimas décadas, as ideias inerentes ao especificismo tocam numa corrente histórica que ocorre internacionalmente no movimento anarquista. A mais famosa é a corrente Plataformista, que começou com a publicação da “Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários”.

Esse documento foi escrito em 1926 por Nestor Makhno, ex-líder de um exército camponês, Ida Mett e outros militantes do grupo Dielo Trouda (Causa Operária), que publicava um jornal de mesmo nome [Skirda 123-213]. Exilados da Revolução Russa, o grupo Dielo Trouda, baseado em Paris, criticou o movimento anarquista por sua falta de organização, o que impediu uma resposta coordenada às maquinções bolcheviques para tornar os soviets dos trabalhadores em instrumentos de governo do partido único. A alternativa por eles proposta foi a “União Geral de Anarquistas”, baseado no Comunismo Anarquista, que buscaria “unidade de teoria e prática” e se focalizaria na luta de classes e os sindicatos de trabalhadores.

Outras ocorrências de ideias similares incluem o “Dualismo Organizacional” que era mencionado em documentos históricos do movimento anarquista italiano da década de 1920. Anarquistas italianos usam esse termo para descrever o envolvimento de anarquistas tanto como membros de uma organização política anarquista, quanto como militantes do movimento trabalhista [FdCA].

Na Espanha, o grupo Amigos de Durruti emergiu para opor a reversão gradual da Revolução Espanha de 1936 (Guillamon). Em “Rumo a Uma Nova Revolução”, eles emularam algumas ideias da Plataforma, criticando o gradual reformismo e colaboração com o governo republicano por parte da CNT-FAI, que, segundo seus argumentos, contribuiu para a derrota das forças antifascistas e revolucionárias. Organizações com influência no movimento anarquista chinês da década de 1910, tais como a Wuzhengfu-Gongchan Zhuyi Tongshi Che (Sociedade de Com-

panheiros Comunistas Anarquistas) pregava ideias similares [Krebs]. Apesar de todas as diferentes correntes terem características específicas que se desenvolveram a partir dos movimentos e países de onde eles se originaram, eles todos compartilham uma ideia comum que cruza movimentos, eras e continentes.

Especificismo elaborado

Os especificistas apresentam três pontos principais para sua política, com dois deles sendo no nível de organização. Ao invocar a necessidade de uma organização especificamente anarquista criada com certa unidade de ideias e práxis, os especificistas se opõe inerentemente à ideia de uma organização sintetista de revolucionários ou múltiplas correntes de anarquistas unidas de maneira tênue. Eles caracterizam essa forma de organização como criando uma:

“Busca exacerbada pela necessária união dos anarquistas, a ponto de que união é preferida a qualquer custo, com medo de arriscar-se posições, ideias e propostas às vezes irreconciliáveis. Os resultados deste tipo de união são coletivos libertários sem muito em comum, exceto o fato de se considerarem anarquistas” [En La Calle].

Enquanto essas críticas foram elaboradas pelos especificistas sul-americanos, anarquistas norte-americanos também descreveram suas experiências de organizações de síntese como aquelas em que faltava qualquer coerência devido a tendências políticas múltiplas e contraditórias. Geralmente a concordância básica do grupo é reduzida à vaga política definida pelo mínimo denominador comum, deixando pouco espaço para ação unida ou discussão política desenvolvida entre companheiros. Sem uma estratégia que surja de um acordo político mútuo, organizações revolucionárias estão condenadas a ser um negócio de reativismo contra as contínuas manifestações de opressão e injustiça e um ciclo de ações infrutíferas que se repetem, com muito pouca análise ou entendimento de suas consequências [Featherstone et al]. Além disso, os especificistas criticam essas tendências por não levarem ao trabalho sério e sistemático necessário para se construir movimentos revolucionários.

Os revolucionários dizem que as organizações que não tem um programa:

“Que resistem a qualquer disciplina entre militantes, que se recusam a “se definir”, a “se encaixar”... são um descendente direto do liberalismo burguês, que reage apenas ao estímulo forte, se juntando à luta apenas nos seus momentos elevados, se negando a trabalhar continuamente, especialmente nos momentos de relativa calma nas lutas.” [En La Calle]

Uma ênfase especial da práxis especificista é o papel da organização anarquista, formada em base de política compartilhada, como espaço de desenvolvimento de uma estratégia comum e reflexão no trabalho popular do grupo. Sustentado pela responsabilidade coletiva aos planos e trabalho da organização, um ímpeto é criado entre os membros e dentro dos grupos da mesma que permite uma discussão de suas ações de forma profunda e de alto nível. Isso permite que a organização crie uma análise coletiva, desenvolva objetivos imediatos e de longo prazo, e reflita e mude seu trabalho baseado nas lições ganhas e em circunstâncias específicas. Dessas práticas e com base em seus princípios ideológicos, organizações revolucionárias devem procurar criar um programa que defina seus objetivos de curto e longo prazo e devem trabalhar rumo a seus objetivos de longo prazo.

“O programa deve vir de uma análise rigorosa da sociedade e a correlação de forças que são parte dela. Deve ter como fundação a experiência da luta dos oprimidos e suas aspirações, e destes elementos deve criar os objetivos e tarefas a serem feitas pela organização revolucionária não apenas em seus objetivos finais, mas também em seus mais imediatos” [En La Calle].

O último ponto, mas um que é chave dentro da prática do especificismo, é a ideia da “inserção social “. Essa prática se origina na ideia de que os oprimidos são a camada mais revolucionária da sociedade, e que a semente da futura transformação revolucionária desta sociedade já está nessas classes e grupos sociais. A inserção social quer dizer o envolvimento anarquista nas lutas diárias dos oprimidos e das classes trabalhadoras. Não quer dizer agir dentro de campanhas de advocacia de um problema só baseada na participação já esperada dos tradicionais ativistas políticos, mas sim dentro dos movimentos do povo lutando pela melhora de sua própria condição, que nem sempre se une em base de

necessidades materiais, mas também de necessidades sociais e históricas de resistir aos ataques do Estado e do capitalismo. Isso inclui movimentos trabalhistas de base, movimentos de comunidades de imigrantes demandando status legal, organizações de bairro resistindo a brutalidade e matança pela polícia, estudantes de classe operária resistindo a cortes no ensino público, e os pobres e desempregados opondo-se a despejos e cortes nos serviços públicos. Através de suas lutas diárias, os oprimidos se transformam numa força consciente.

A classe-em-si-mesma, ou melhor, classes-nelas-mesmas (definidas além da visão reducionista de classe do proletariado industrial para incluir todos os grupos oprimidos que tem algo concreto a ganhar na nova sociedade) são temperadas, testadas e recriadas através dessas lutas diárias sobre necessidades imediatas, transformando-se em classes-para-si-mesmas. Ou seja, elas mudam da condição de classes e grupos sociais que existem objetivamente por força de relações sociais, em forças sociais. Unidas de modo orgânico e muitas vezes por sua própria coesão auto-organizacional, elas se tornam atores conscientes de seu próprio poder, voz e nêmesis intrínseco: as elites governantes que mantêm o controle sobre as estruturas de poder da ordem social vigente. Exemplos da inserção social que a FAG cita são seu trabalho com os Comitês de Resistência Popular em favelas e bairros, aliança com membros de base do MST e o trabalho com os catadores de materiais recicláveis. Devido ao alto nível de emprego temporário e de contingente, subemprego e desemprego no Brasil, parte significativa da classe trabalhadora não sobrevive de trabalho assalariado, mas sim de trabalho de subsistência e da economia informal tais como pedreiros casuais, camelôs ou catadores de recicláveis.

Através de anos de trabalho, a FAG construiu uma relação forte com os catadores urbanos. Membros da FAG os ajudaram na formação de sua própria organização que trabalha mobilizando os catadores em nível nacional e levantando dinheiro para a construção de sua própria operação de reciclagem coletiva. A concepção do Especificismo sobre a relação das ideias com os movimentos populares é que elas não devem ser impostas por líderes, através de “linhas de massa” ou por intelectuais. Militantes anarquistas não devem tentar conduzir os movimentos a assumirem uma posição “anarquista”, mas sim trabalhar para manter seu ímpeto anarquista; isso é, sua tendência natural à autogestão e pela luta militante por seus próprios interesses. Isso assume a perspectiva

de que os movimentos sociais atingirão sua própria lógica de fazer revolução, não quando todos necessariamente atingirem o ponto de serem auto-identificados “anarquistas”, mas quando todos (ou a grande maioria) atingirem a consciência de seu poder próprio e exercitar esse poder em suas vidas, de certa maneira adotando conscientemente as ideias do anarquismo.

Um papel adicional dos militantes anarquistas dentro dos movimentos sociais, de acordo com os especificistas, é adereçar as múltiplas correntes políticas que existirão dentro dos movimentos e combater ativamente os elementos oportunistas do vanguardismo e da política eleitorais.

Especificismo no contexto do anarquismo norte-americano e ocidental

Dentro das correntes atuais do anarquismo organizado e revolucionário norte-americanos e ocidental, números indicadores apontam para a influência e inspiração da Plataforma como tendo o maior impacto no recente despertar de organizações do anarquismo de luta de classe ao redor do mundo. Muitos vêem a Plataforma como um documento histórico que responde às falhas organizacionais do anarquismo dentro dos movimentos revolucionários globais do século passado, e se definem como agindo dentro da “tradição plataformista”. Assim sendo, as correntes do Especificismo e do Plataformismo merecem comparação e contraste.

Os autores da Plataforma foram participantes veteranos da Revolução Russa. Eles ajudaram a liderar uma guerrilha camponesa contra exércitos da Europa Ocidental e mais tarde contra os Bolcheviques na Ucrânia, cujo povo tinha história independente do Império Russo. Então os autores da Plataforma com certeza falavam de um mundo de experiência e ao contexto histórico de uma das lutas pivô de sua era. Mas o documento fez pouco progresso em suas propostas de união dos anarquistas revolucionários, e é notoriamente silencioso em análise e compreensão num número de questões que encaram os revolucionários em seu tempo, como a opressão das mulheres e o colonialismo. Apesar de que organizações de orientação Comunista Anarquista hoje invocam influência da Plataforma, esta pode ser vista como uma análise precisa que refletia sobre a apatia que se abateu sobre o movimento anarquista depois da Revolução Russa. Como um projeto histórico, as ideias e

propostas básicas foram largamente rejeitadas pelas tendências do movimento anarquista, foram mal-entendidas devido a barreiras de língua, como dizem alguns [Skirda, 1968], ou nunca alcançaram os elementos e organizações simpáticas que teriam se unido ao redor do documento. Em 1927, o Grupo Dielo Trouda criou uma pequena conferência internacional na França para pessoas interessadas, mas esta foi logo interrompida pelas autoridades.

Em comparação, a práxis do Especificismo é prática viva e desenvolvida, e sem dúvida muito mais relevante à teoria e prática contemporânea, emergindo como fez de cinquenta anos de organização anarquista. Surgindo no cone sul da América Latina, mas expandindo-se através desta, as ideias do Especificismo não vêm de um único documento, mas foram criadas organicamente nos movimento do Sul Global na luta contra o capitalismo internacional e que cria exemplos para os movimentos do mundo todo.

Em relação à organização, os especificistas falam de uma base para a organização anarquista muito mais profunda do que a “unidade de teoria e prática” da Plataforma. Falam de um programa estratégico baseado na análise que guia as ações dos revolucionários. Eles nos dão um exemplo vivo de organizações revolucionárias baseadas na necessidade de análise comum, estratégia compartilhada e raízes firmes nos movimentos sociais.

Eu acredito que existe muito de que se tomar inspiração da tradição especificista, não apenas numa escala global, mas particularmente para anarquistas de luta de classe e revolucionários multi-raciais na América do Norte. Enquanto a Plataforma pode facilmente ser lida como vendo o papel dos anarquistas focalizado de maneira estreita dentro dos sindicatos trabalhistas, o Especificismo nos dá um exemplo vivo que podemos ver e que nos fala de maneira mais significativa ao nosso trabalho em construir um movimento revolucionário hoje em dia. Levando tudo isso em consideração, eu também espero que esse texto nos ajude a refletir mais concretamente como nós, como um movimento, definimos e moldamos nossas tradições e influências.

* Traduzido por Pedro Ribeiro

Bibliografia:

En La Calle (texto anônimo). “La Necesidad de Un Proyecto Propio, Acerca de la importancia del programa en la organizacion polilitica libertaria” or “The Necessity of Our Own Project, On the importance of a program in the libertarian political organization.” En La Calle, published by the Argentinian OSL (Organización Socialista Libertaria) Jun 2001. 22 Dec 2005.

Featherstone, Liza, Doug Henwood e Christian Parenti.”Left-Wing Anti-intellectualism and its discontents” Lip Magazine 11 Nov 2004. 22 Dec 2005 .

Guillamon, Agustin. The Friends of Durruti Group: 1937-1939. San Francisco: AK Press, 1996.

Krebs, Edward S. Shifu, the Soul of Chinese Anarchism. Landham, MD: Rowman & Littlefield, 1998. Northeastern Anarchist. The Global Influence of Platformism Today by The Federation of Northeastern Anarchist Communists (Johannesburg, South Africa: Zabalaza Books, 2003), 24.

Entrevista com Italian Federazione dei Comunisti Anarchici (FdCA). Skirda, Alexandre. Facing the Enemy, A History of Anarchist Organization from Proudhon to May 1968. Oakland, CA: AK Press 2002.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ANARQUISTA¹

Federação Anarquista Uruguia - FAU

A FAU pretende ser uma expressão política dos interesses das classes dominadas, exploradas e oprimidas e, colocando-se a serviço delas, aspira ser um motor das lutas sociais. Um motor que nem as substitui e nem as representa. Mas que pretende dinamizá-las e organizá-las, contribuir para a superação do aspecto meramente espontâneo, transcender os vaivens da conjuntura e assegurar a continuidade das rebeldias, das lutas cotidianas, das expectativas, aspirações, etc.

Para nós, a organização política é também o âmbito em que se vai acumulando a experiência de luta popular, tanto em nível nacional como internacional. Uma instância que impede que se dilua o saber que os explorados e os oprimidos vão adquirindo com o tempo.

Organização Política

A organização política atua ainda como local de produção das análises conjunturais e das orientações fundamentais pertinentes. Por isso, é a organização política a instância adequada para assumir os distintos e complexos níveis de atividade, que o trabalho revolucionário pode exigir, a única instância capaz de assegurar o conjunto de recursos técnicos, materiais, políticos e teóricos, etc., que são condição indispensável de uma estratégia de ruptura.

Nossa visão da organização política é contrária às distintas formas de “vanguardismo”, de “guardiões da consciência”, enfim, de grupos auto-eleitos, que se sentem tocados pelo dedo de Deus. A organização, mantendo e promovendo o espírito de revolta, assume como suas todas as exigências presentes e futuras de um processo revolucionário. E a partir do trabalho militante organizado, e somente a partir dele, que

1 Texto composto com trechos da “Carta de Princípios da FAU” e do artigo “La Organización Política es lo Decisivo” em Juan Mechoso. Acción Directa Anarquista: una historia de FAU. Montevideo: Recortes, s/d pp. 194-195.

se pode promover coerentemente e com força redobrada a criação, o fortalecimento e a consolidação das organizações populares de base, que constituem os núcleos do poder popular revolucionário. A organização política não é uma coisa acabada, e está sujeita às influências diversas que vão exigindo adequações. Também é uma instância especial de aprendizagem em relação às lutas sociais com as quais se articula. E finalmente, no estrito âmbito da ação política (e não desconhecemos a existência de outros, mas reivindicamos o político como um âmbito separado) a FAU aspira ser a ferramenta para tornar realidade nossos princípios libertários.

Nível político e nível social

O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária. Só através de sua ação, enraizada nas massas, pode conseguir a destruição do aparato estatal burguês e sua substituição por mecanismos de poder popular.

A atividade política não pode ser reduzida à luta econômica, à prática sindical, ainda que esta possa conter, como efetivamente contém, elementos “políticos”. (...) Mas esta luta econômica não produz espontaneamente a luta contra o poder político como tal. (...) Por isso, o espontaneísmo, as mobilizações espontâneas de massas, reflexo de um acúmulo de problemas sem solução que logo “estouram”, se não forem canalizados e instrumentalizados adequadamente, dificilmente transcendem ao plano político em termos de modificar as relações de poder.

A destruição do poder [burguês...] supõe a criação de uma outra ordem social, a qual exige a adoção de um outro “modelo” de organização (que implica uma ideologia) e, além disso, uma inevitável luta que implica meios técnicos, que o movimento de massas, por si, espontaneamente não pode desenvolver com êxito. Este é, em nossa época, o ensino a extrair dos grandes movimentos espontâneos de massa.

Não é possível uma insurreição, nem um processo de luta prolongada de costas ou distante das massas. A predisposição espontânea dessas, que é função da organização política canalizar em termos de organização e desenvolver ideologicamente, tem sempre um papel absolutamente principal. Não se pode realizar uma revolução à margem ou

apesar do povo. E menos ainda construir um novo sistema social sem a adesão inicial pelo menos de um setor bastante amplo do povo.

Luta política e ideológica

Daí a necessidade de uma atividade ideológica de esclarecimento (e de dispor dos elementos necessários a ela) que não é contraditória, mas complementar a outros níveis de luta (econômico, militar, etc.). Por atividade ideológica não entendemos, obviamente, a pregação intelectual, “educacionista”, que se remete mais ou menos exclusivamente à difusão de “teoria” revolucionária, ainda que, esclareçamos, esta também possui sua importância. Atividade ideológica é algo mais que a mera difusão de conhecimentos teóricos. Os fatos, a própria prática política, são ingredientes, elementos decisivos da integração de um nível de consciência revolucionária.

Um resultado ideológico essencial firma-se em demonstrar diante do povo uma perspectiva de vitória, um caminho de esperança, de confiança na possibilidade de uma transformação profunda, revolucionária. (...) E esta função “demonstrativa” (...) é função de uma minoria politicamente organizada, com um nível ideológico, de consciência que não pode ser gerada na prática espontânea das massas. Um nível que supõe a superação do espontaneísmo.

* Tradução e seleção: Felipe Corrêa

ESPECIFISMO: ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA, PERSPECTIVA HISTÓRICA E INFLUÊNCIAS

Federação Anarquista do Rio de Janeiro - FARJ

*A ausência de organização visível, normal e aceita
por cada um de seus membros torna possível o
estabelecimento de organizações arbitrárias,
menos libertárias.*

Luigi Fabbri

[Introdução]

Desde que o termo “especifismo” chegou ao Brasil, ainda em meados da década de 1990, houve uma série de polêmicas ou mesmo de confusões em torno dele. Houve, e infelizmente ainda há, pessoas que dizem que o especificismo não é anarquismo, acusam as organizações especificistas de serem partidos políticos, dentre outros absurdos. Quando reivindicamos a FARJ como uma organização anarquista especificista, estamos buscando, mais do que qualquer outra coisa, situar dentro da discussão sobre organização anarquista, quais são as posições que defendemos.

O termo especificismo foi criado pela Federação Anarquista Uruguia (FAU) e, por ele, nos referimos a uma concepção de organização anarquista que possui dois eixos fundamentais: organização e trabalho/ inserção social. Estes dois eixos estão baseados nos conceitos clássicos do anarquismo de atuação diferenciada nos níveis político e social (conceito bakuninista) e de organização específica anarquista (conceito malatestiano). Portanto, o termo especificismo, apesar de ter sido concebido recentemente, refere-se às práticas organizacionais anarquistas que

existem desde o século XIX. Além desses dois eixos, há uma série de outras questões organizacionais que são definidas dentro do especificismo e que buscaremos desenvolver em seguida.

Portanto, as duas principais referências clássicas do especificismo são Bakunin e Malatesta. Isso não significa que desconsideremos outros importantes teóricos como Proudhon e Kropotkin – utilizamos neste texto muitas referências teóricas deles – mas acreditamos que, para a discussão de organização anarquista, Bakunin e Malatesta possuem propostas mais adequadas para nossa atuação.

Nos próximos parágrafos, pretendemos retomar de maneira breve algumas discussões que fizemos ao longo deste texto, e principalmente deste último capítulo, situá-las e compará-las com outras posições existentes dentro do anarquismo. Acreditamos que mais do que afirmar as posições que defendemos – o que fizemos até aqui – cabe realizarmos algumas críticas fraternais a outras concepções de organização (ou de desorganização) presentes no anarquismo e comparar, com base em alguns pontos escolhidos, nossa concepção com outras.

[A Organização anarquista sintetista]

Talvez o melhor contraponto com o modelo de organização especificista, seja o que chamamos de modelo de síntese, ou sintetismo. Este modelo foi formalizado teoricamente em dois documentos homônimos, chamados “A Síntese Anarquista”, um de Sebastièn Faure e outro de Volin.

Histórica e mundialmente, foi a Plataforma do Dielo Trouda que estabeleceu este contraponto. Pretendemos retomar parte deste debate sobre organização anarquista, apesar de, na nossa concepção, o especificismo ser mais amplo que o plataformismo – ainda que possua sua significativa influência. A síntese defende um modelo de organização anarquista em que estejam todos os anarquistas (anarco-comunistas, anarco-sindicalistas, anarco-individualistas etc.) e, portanto, apresenta muitas das características que criticaremos a seguir.

Sabemos que várias destas características não estão necessariamente ligadas ao modelo sintetista de organização. No entanto, é inegável que muitas delas se reproduzam em organizações deste tipo, principalmente por influência do individualismo, mas não somente dele. Reconhecemos que dentro de organizações sintetistas também há militantes sérios e compromissados com o anarquismo social e, portanto, não

queremos que as críticas pareçam generalizadas.

[Diferentes concepções de anarquismo conduzem a formas diferentes de organização, de atuação e de objetivos]

Apesar de nunca questionarmos se estas organizações são anarquistas (para nós, todas elas são), elas, na maioria dos casos, não convergem com nossa maneira de pensar a organização anarquista. Antes de tudo, quando tratamos neste texto da “organização específica anarquista”, a partir desta perspectiva especificista, não estamos falando de qualquer organização de anarquista. Há diversas organizações anarquistas que não são especificistas. Portanto, o especificismo implica em muito mais do que se defender a organização anarquista.

Tratemos das diferenças entre o especificismo e outras formas de organização anarquista. A primeira diferença está na forma de entender o próprio anarquismo. Como pontuamos no início deste texto, entendemos o anarquismo como uma ideologia, ou seja, um “um conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos, que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política”. Neste caso, buscamos diferenciar esta compreensão de anarquismo de uma outra, puramente abstrata e teórica, que estimula somente o livre pensar, sem necessariamente conceber um modelo de transformação social. O anarquismo pensado somente a partir deste modelo de observação crítica da vida, oferece uma liberdade estética e de possibilidades infinitas. No entanto, se assim for concebido, não oferece possibilidades reais de transformação social, visto que não é colocado em prática, em ação. Não possui a prática política que busca os objetivos finalistas.

O especificismo defende um anarquismo que, como ideologia, busque conceber um modelo de atuação que transforme a sociedade de hoje no socialismo libertário por meio da revolução social. Este processo, necessariamente, passa pela organização das classes exploradas em organização popular e exige a utilização da violência, entendida fundamentalmente como resposta à violência do atual sistema. Outras correntes anarquistas são contra a violência e acreditam que a transformação social pode se dar de outras maneiras.

Outra diferença está em torno da própria questão da organização. Para nós, a organização é uma questão absolutamente central ao tratarmos de anarquismo. Sem ela, acreditamos ser impossível conceber

qualquer projeto político sério e que tenha por objetivo chegar à revolução social e ao socialismo libertário.

Há correntes anarquistas que sustentam posições “anti-organização”, ou mesmo espontaneístas, e acreditam que qualquer forma de organização é autoritária ou avessa ao anarquismo. Para estas correntes, a formação de uma mesa para coordenar uma assembleia é autoritária; a formação de um grupo para trabalhar nos movimentos sociais é autoritária. Enfim, para estes anarquistas, as lutas devem se dar de maneira espontânea, os ganhos, caso vierem, deverão vir de maneira espontânea, a conexão entre lutas deve ser espontânea e mesmo o capitalismo e o Estado, se forem derrubados, será por uma mobilização espontânea. Talvez, ainda, depois de uma eventual revolução social, as coisas evoluirão por sua própria conta, entrando nos eixos sem maiores esforços. Estes anarquistas acreditam que a organização prévia não é necessária, outros pensam que ela nem mesmo é desejável.

Alguns indivíduos anarquistas que defendem estes pontos de vista e que se dispõem a realizar trabalho social, não conseguem lidar com as forças autoritárias e, sem a devida organização, terminam sendo tarefeiros e “buchas” para projetos autoritários ou saem frustrados por não conseguirem espaço nos movimentos sociais.

Pontuamos anteriormente que concebemos a organização específica anarquista como uma organização de minoria ativa. Assim, ela é uma organização de anarquistas que se agrupam no nível político e ideológico e que realizam sua principal atividade no nível social, que é mais amplo, buscando ser o fermento das lutas. No modelo especificista, há obrigatoriamente esta diferenciação entre os níveis político e social de atuação.

Diferentemente, há anarquistas que concebem a organização anarquista como um amplo agrupamento que federa todos aqueles que se intitulam anarquistas, servindo como um espaço de convergência para a realização de ações com completa autonomia. No anarquismo, de maneira ampla, também esta divisão entre os níveis político e social não é aceita por todas as correntes, que compreendem a organização anarquista de maneira difusa, podendo ser ela um movimento social, uma organização, um grupo de afinidades, um grupo de estudos, uma comunidade, uma cooperativa etc.

Mesmo o conceito de anarco-sindicalismo, em diversos momentos, buscou suprimir esta diferença de atuação entre níveis, misturan-

do a ideologia anarquista com o sindicalismo. Estas e outras tentativas de ideologizar os movimentos sociais, no nosso entender, enfraquecem tanto os movimentos sociais – que não funcionam mais em torno de questões concretas como terra, moradia, emprego, etc. –, quanto o próprio anarquismo, já que não permitem o aprofundamento das discussões ideológicas, que são feitas em meio ao movimento social. Enfraquece também, pois o objetivo destes anarquistas de tornar todos os militantes dos movimentos sociais anarquistas é impossível, a não ser que se reduzam e enfraqueçam significativamente os movimentos. Desta forma, ou mesmo por ver que é natural encontrar pessoas de ideologias diferentes nos movimentos sociais que nunca serão anarquistas, estes anarquistas se frustram, e muitas vezes se afastam das lutas. Como consequência disso, fazem, frequentemente, o anarquismo fechar-se em si mesmo.

A organização anarquista de minoria ativa é muitas vezes entendida, por outras correntes do anarquismo, como similar à organização autoritária de vanguarda. Como fizemos questão de pontuar, quando concebemos esta separação entre os níveis político e social, não queremos dizer com isso que queremos estar à frente dos movimentos sociais e nem que o nível político possui qualquer hierarquia ou domínio em relação ao nível social. Há também uma diferença em relação ao espaço privilegiado para a prática do anarquismo. Nós especificistas acreditamos que este espaço é a luta de classes. Antes de tudo, já consideramos que não vivemos apenas em uma sociedade, mas em uma sociedade de classes. Independente da forma que pensemos a diferença destas classes, nos parece impossível negar que a dominação e a exploração aconteçam em níveis diferentes em nossa sociedade e que o fator econômico tem grande influência sobre isso.

[Anarquismo, luta de classes e inserção social]

Para nós, o anarquismo nasceu no seio do povo e é lá que ele deve estar, tomando uma posição clara em favor das classes exploradas que estão em conflito permanente na luta de classes. Portanto, quando discutimos “onde jogar as sementes do anarquismo”, para nós é claro que deve ser no seio da luta de classes; nos espaços em que as contradições do capitalismo são mais evidentes.

Há anarquistas que não sustentam este viés classista do anarquismo e, o que é pior, há aqueles que o acusam de ser assistencialista, ou de

querer “fazer apologia dos pobres”. Negando a luta de classes, a maioria desses anarquistas acredita que como a definição clássica de classes de burguês e proletário não dá conta da sociedade de hoje, então se poderia dizer que não existem mais classes; ou que este seria um conceito anacrônico. Discordamos radicalmente destas posições e acreditamos que, independente de como formos definir as classes – se daremos mais ou menos ênfase ao caráter econômico, etc. – é inegável que existam contextos e circunstâncias em que as pessoas sofrem mais os efeitos do capitalismo. E é nestes contextos e nestas circunstâncias que queremos priorizar o nosso trabalho.

Quando buscamos aplicar o anarquismo à luta de classes, reivindicamos o que chamamos de trabalho social, e que definimos anteriormente como “a atividade que a organização anarquista realiza em meio à luta de classes, fazendo o anarquismo interagir com as classes exploradas”. Como também dissemos, para nós, esta deve ser a principal atividade da organização específica anarquista. Por meio do trabalho social, defendemos que a organização anarquista deva buscar a inserção social, “processo de influência dos movimentos sociais a partir da prática anarquista”. Há anarquistas que não defendem este trabalho com vistas à inserção social. Parte não acredita que isso seja prioridade, e outra parte, o que é mais complicado, acredita que é autoritário. Para os anarquistas que pensam que trabalho/inserção social não são prioritários, parece que outras atividades teriam mais efetividade no desenvolvimento do anarquismo – por mais que geralmente isso não seja dito. Apesar de, pelo menos aparentemente, não haver uma formulação estratégica, o que acontece na prática é que estes anarquistas procuram trabalhar com a propaganda, muito restrita às publicações, aos eventos, à cultura. Como já enfatizamos, esta propaganda também é central para nós, mas não é suficiente se for feita sem respaldo de trabalho/inserção social. Com este respaldo, a propaganda é muito mais efetiva. Portanto, a propaganda, no especificismo, deve ser realizada por estes dois vieses: educacional/cultural e de luta com os movimentos sociais.

Os anarquistas que não acreditam que trabalho/inserção social não são e nem devem ser prioridade, preferem trabalhar em outros meios, longe da luta de classes, longe dos movimentos sociais, longe das pessoas de ideologias diferentes. Alguns dizem que como são membros da sociedade, já possuem inserção social. Muitas vezes, terminam sectários, conseguindo conviver apenas com seus pares, e “guetificando”

o anarquismo.

Isso explica o sectarismo de parte dos anarquistas, que acontece em proporção muito menor com as organizações especificistas. Muito mais complicada que a posição acima, é a posição defendida por anarquistas que são contra o trabalho e a inserção social; posição bastante comum no meio libertário. Esses anarquistas acreditam que como muitas vezes não são pobres, como muitas vezes não estão em movimentos sociais (não são sem-terra, por exemplo), que é autoritário trabalhar com a comunidade carente ou mesmo com os movimentos sociais, já que “são de fora dessa realidade”.

Para eles, é autoritário uma pessoa que tem onde morar apoiar a luta dos sem-teto; é autoritário frequentar um movimento comunitário sem ser da comunidade; é autoritário apoiar o trabalho dos catadores de lixo se você não é um deles. Para estes anarquistas, só há legitimidade em se trabalhar com movimentos populares se você é um “popular” e se você faz parte da realidade do movimento. Como geralmente esses anarquistas não estão nessas condições, não se aproximam de movimentos sociais e nem da luta de classes. Terminam por fazer de seu anarquismo um “movimento em si mesmo”, que se caracteriza por ser essencialmente de classe média e de intelectuais, por não buscar contato com as lutas sociais e populares, por não estar em contato com pessoas de ideologia diferentes. Aliás, este anarquismo de classe média e intelectual, quando não busca trabalho e inserção social, termina necessariamente em um de dois caminhos. Ou abandona a proposta de transformação social, ou constitui-se em um agrupamento que luta pelo povo, e não com o povo – assumindo a posição de vanguarda e não de minoria ativa.

O trabalho social, para estes militantes, é muitas vezes comparado ao “entrismo” da esquerda autoritária, pessoas que entram nos movimentos para fazê-los funcionar em seu próprio favor. Na maioria das vezes, defendem um espontaneísmo de que “vir de fora”, “colocar o anarquismo dentro dos movimentos sociais”, é autoritário. Segundo eles, as ideias deveriam surgir espontaneamente. Acusam a discussão, a persuasão, o convencimento, a troca, a influência, externos aos movimentos sociais e, por isso, autoritários. Dessa posição contrária ao trabalho e à inserção social, nós especificistas também discordamos radicalmente. Como explicamos, para nós o anarquismo não deve ser fechado em si mesmo, e nem se afastar dos movimentos sociais e das pessoas de ideologias diferentes. Ele deve servir como ferramenta, como fermento, como motor das

lutas de nosso tempo. Para isso, o anarquismo, ao invés de esconder-se deve confrontar-se com a realidade e buscar transformá-la.

Para esta transformação, de nada adianta “pregarmos para os convertidos”; temos, necessariamente, que interagir com não-anarquistas. Já que entendemos que a classe não se define a partir da origem, mas sim a partir da posição que se defende na luta, acreditamos que apoiar movimentos sociais, auxiliar mobilizações e organizações diferentes da realidade que se está incluído é uma obrigação ética de qualquer militante comprometido com o fim da sociedade de classes. Finalmente, acreditamos que o trabalho social traz a prática necessária ao anarquismo, que tem uma contribuição imensa na formulação da linha teórica e ideológica da organização. Esta atividade é, para nós, importantíssima em nossa formulação teórica, pois faz com que teorizemos tendo conhecimento da realidade e da aplicação prática do anarquismo nas lutas. Grupos e organizações que não possuem trabalho social tendem a radicalizar um discurso que não possui respaldo na prática.

[A questão unidade]

Quando isso acontece, a tendência é que exista um discurso ultra-radical e revolucionário – muitas vezes acusando outros de reformistas etc. –, mas que não sai da teoria. Como vimos, no especificismo há unidade teórica e ideológica, um alinhamento em relação aos aspectos teóricos e ideológicos do anarquismo. Esta linha política é construída coletivamente e todos na organização têm obrigação de segui-la. Por considerarmos o anarquismo algo muito amplo, com posições muito variadas ou mesmo contraditórias, nos parece necessário que, entre todas estas posições, devemos extrair uma linha teórica e ideológica a ser defendida e desenvolvida pela organização. Como enfatizamos, esta linha deve, necessariamente, ter vínculo com a prática, já que acreditamos que “para teorizar com eficácia é imprescindível atuar”.

Para anarquistas que não defendem esta unidade, a organização anarquista poderia trabalhar com diversas linhas teóricas e ideológicas. Cada anarquista ou grupo de anarquistas pode ter a sua interpretação do anarquismo e sua própria teoria. Isso é motivo de diversos conflitos e cisões em organizações com esta concepção. Como não há acordo nas questões de saída, são frequentes as brigas, pois alguns acham que os anarquistas devem realizar trabalho com movimentos sociais, outros acham isso autoritário e “coisa de marxista”, alguns acham que a função

do anarquismo é realçar o ego dos indivíduos, outros são radicalmente contra, e assim por diante.

Para nós, não há como ter uma prática efetiva ou mesmo constituir-se em uma organização, sem que haja acordo em algumas “questões de saída”. Nas organizações que não trabalham com unidade teórica e ideológica, não há aprofundamento neste sentido, visto que com tantos problemas nas questões mais simples, as mais complexas não chegam nem a ser discutidas. Bakunin estava certo quando afirmou que “quem muito abraça, pouco aperta”.¹ É importante

“que se compreenda que a divisão que existe neste ponto entre os anarquistas é muito mais profunda do que o que normalmente se acredita, e que supõe igualmente uma inconciliável discordância teórica. Digo isto para responder aos meus bons amigos, favoráveis a um acordo a qualquer preço, que afirmam: ‘Não criemos problemas de método! A ideia é uma só e a meta é a mesma; permaneçamos pois unidos sem nos rasgarmos por um pequeno desacordo sobre a tática’. Eu, ao contrário, dei-me conta há muito tempo atrás, que nos dilaceramos justamente porque estamos muito próximos, por que estamos artificialmente próximos. Sob o verniz aparente da comunidade de três ou quatro ideias – abolição do Estado, abolição da propriedade privada, revolução, anti-parlamentarismo – existe uma diferença enorme na concepção de cada uma destas afirmações teóricas. A diferença é de tal monta que nos impede de tomarmos o mesmo caminho sem querelarmo-nos e sem neutralizar reciprocamente o nosso trabalho ou, se assim quisermos, permanecer em paz, sem renunciarmos àquilo que acreditamos ser verdadeiro. Repito: não existe apenas uma diferença de método, mas sim uma grande diferença de ideias”.²

Além da unidade teórica e ideológica, os especificistas defendem

1 Mikhail Bakunin. “Programa Revolucionário e Programa Liberal”. In: Conceito de Liberdade, p. 189.

2 Luigi Fabbri. “A Organização Anarquista”. In: Anarco-Comunismo Italiano, pp. 104-105.

a unidade estratégica e tática. Atuar com estratégia, como vimos, implica em realizar um planejamento de todas as ações práticas que forem realizadas pela organização, buscando verificar de onde se quer sair, onde se quer chegar e como. O anarquismo que trabalha com unidade estratégica e tática faz do planejamento e do alinhamento na atuação prática um forte pilar organizacional. Isso, porque acreditamos que a falta de estratégia dispersa os esforços, fazendo com que muitos deles sejam perdidos. Defendemos um modelo em que se discute coletivamente um caminho a seguir, e junto com este caminho, temos prioridades estabelecidas e responsabilidades atribuídas aos militantes.

As prioridades e responsabilidades significam que cada um não vai poder fazer o que lhe passar pela cabeça, quando quiser. Cada um vai ter obrigação, perante a organização, de realizar aquilo que se comprometeu e aquilo que foi definido como prioritário. Obviamente que se buscará conciliar as atividades que cada um gosta de fazer, com as responsabilidades estabelecidas pela organização, mas nem sempre temos de fazer só aquilo que gostamos de fazer. Um modelo especificista implica em termos de fazer coisas que não gostamos muito ou deixarmos de fazer algumas coisas que gostamos muito. Isso, para fazer com que a organização caminhe com estratégia, com todos remando o barco no mesmo sentido.

Criticamos com ênfase as organizações que não trabalham com estratégia. Para nós, não há como trabalhar em uma organização em que cada militante ou grupo faz aquilo que achar melhor, ou simplesmente aquilo que gosta de fazer, acreditando estar contribuindo com um todo comum. Geralmente, quando se agrupa anarquistas de todos os tipos em uma organização, sem que haja afinidades estratégicas, não há qualquer acordo sobre como atuar. Ou seja, não é possível estabelecer uma forma de caminhar, e há somente um acordo: que as coisas devem ir caminhando.

Como pensar uma organização em que se busca conciliar um grupo que acredita que deve atuar como organização específica no movimento social, com um grupo que acha que a prioridade deve ser a convivência entre amigos, a terapia de grupo ou mesmo a exaltação do papel do indivíduo, considerando autoritário (ou mesmo marxista ou assistencialista) o trabalho com movimento sociais? Há duas maneiras de se trabalhar essas diferenças: ou se discute as questões, e se vive entre brigas e desgastes, que consomem grande parte do tempo, ou simplesmente

não se toca nas questões. A maioria das organizações deste tipo opta pela segunda forma.

“A fim de estabelecer uma certa coordenação na ação, coordenação necessária, creio eu, entre pessoas que tendem para o mesmo objetivo, impõem-se determinadas condições: um certo número de regras ligando cada um a todos, determinados pactos e acordos renovados frequentemente – se falta tudo isto, se cada um trabalha como lhe apetece, as pessoas mais sérias encontrar-se-ão elas próprias numa situação em que os esforços de uns serão neutralizados pelos dos outros. Disto resultará a desarmonia e não a harmonia e a confiança serena para a qual nós tendemos”.³

[Processo de decisão]

A unidade teórica e ideológica e a unidade estratégia e tática são atingidas por meio do processo decisório coletivo, adotado pelas organizações especificistas que é a tentativa de consenso e se este não for possível, a votação, vencendo a maioria. Como também enfatizamos, neste caso, toda organização adota a decisão vencedora. Diferentemente, há organizações que trabalham somente com o consenso, permitindo, muitas vezes, que uma ou outra pessoa tenha influência exacerbada em um processo decisório que envolve um número muito maior de pessoas. Buscando o consenso a qualquer custo, e com o medo de rachar, essas organizações permitem que uma ou outra pessoa consiga ter um peso desproporcional nas decisões, somente para se conseguir o consenso. Outras vezes, se gasta horas com discussões de pouca importância somente para se buscar o consenso.

Temos em mente que o processo decisório é um meio e não um fim em si mesmo. A obrigação de todos seguirem um mesmo caminho – que é regra no especificismo – é o compromisso que a organização possui com a estratégia, pois, se cada vez que uma decisão tomada não agrada parte dos militantes, e esta parte se recusa à realização do trabalho, será impossível a organização caminhar. Em caso de votação, é importante termos em mente que, em uma vez, alguns ganharão a votação e trabalharão na sua proposta, em outra vez, perderão e trabalharão na

3 Mikhail Bakunin. “Táctica e Disciplina do Partido Revolucionário”. In: Conceito de Liberdade, pp. 197-198.

proposta dos outros companheiros.

[Comprometimento, responsabilidade e autodisciplina]

Com esta forma de tomada de decisão, se dá mais importância para as deliberações coletivas do que para os pontos de vista individuais. Há diferença, ainda, em pontos centrais que favorecem a organização especificista: o comprometimento, a responsabilidade e a autodisciplina dos militantes com a organização. No modelo especificista, há alto nível deste compromisso militante. Assim, é imprescindível que os militantes assumam compromissos frente à organização e os cumpram. O compromisso militante imprime uma ligação entre militante e organização, que é uma relação mútua, em que a organização é responsável pelo militante, assim como o militante é responsável pela organização.

Assim como a organização deve satisfação ao militante, o militante deve satisfação à organização. A falta de comprometimento, responsabilidade e autodisciplina constitui um grande problema em muitos grupos e organizações anarquistas. É muito comum as pessoas se aproximarem e participarem mais ou menos das atividades, fazendo somente aquilo que têm interesse, muitas vezes participando de decisões, assumindo compromissos e não os cumprindo ou, simplesmente, não assumindo compromissos. Há muitas organizações que são complacentes com a falta de compromisso militante. É inegável que, por este motivo, essas organizações sejam mais “legais” de se fazer parte, no entanto, são muito pouco efetivas do ponto de vista militante. Como para nós a militância é algo necessário na luta por uma sociedade livre e igualitária, não acreditamos que ela será sempre “legal”. Se tivermos de optar entre um modelo de militância mais efetivo e outro mais “legal”, devemos optar pela efetividade.

[Os círculos concêntricos]

Para o trabalho com compromisso militante, o especificismo sustenta uma organização com níveis de compromisso. Como explicamos, defendemos a lógica dos círculos concêntricos em que todos os militantes possuem um espaço bem definido na organização, espaço este que é determinado pelo nível de compromisso que o militante quer assumir. Quanto mais ele quiser se comprometer, mais dentro da organização ele estará e maior será o seu poder de deliberação. Portanto, tanto no nível político quanto no nível social, há critérios bem definidos de entrada

desde as instâncias de apoio ou agrupamentos de tendência até a organização específica anarquista. Só estão dentro da organização específica anarquistas, militantes com afinidade ideológica com a organização.

Ao contrário do modelo especificista, há outras organizações cujo único critério para entrada de militantes é sua definição como anarquistas, independente de que concepção de anarquismo eles tenham. Algumas pessoas participam um pouco da organização, outras são mais comprometidas; uns assumem mais responsabilidades do que outros e todos possuem o mesmo poder de deliberação. Por isso, muitos deliberam sobre atividades que não vão realizar, ou seja, determinam o que os outros vão fazer. Quando uma organização permite que alguém delibere algo e não assuma responsabilidades, ou que assuma responsabilidades e não as cumpra, ela permite um autoritarismo daqueles que vão deliberar e jogar trabalho nas costas de outros companheiros. Enfim, neste outro modelo, cada um se envolve da forma que acha melhor, aparece quando acha que deve, e não há muita cobrança sobre a questão do compromisso militante. Muitos, ao serem cobrados, julgam-se vítimas do autoritarismo. Como explicamos, para nós, este modelo de organização, além de sobrecarregar os militantes mais responsáveis, acaba por permitir esta discrepância de pessoas que não deliberam e trabalham na mesma proporção.

Portanto, não queremos ser este grande “guarda-chuva” que abarca todos os tipos de anarquistas. Estas amplas (in)definições, aparentemente agregam mais anarquistas na organização, no entanto, acreditamos que não devemos optar pelo critério da quantidade, mas sim da qualidade de militantes.

“Não há dúvida que se evitarmos precisar bem o nosso verdadeiro caráter, o número de nossos aderentes poderá tornar-se maior. [...] É evidente, por outro lado, que se nós proclamamos alto os nossos princípios, o número dos nossos aderentes será menor, mas pelo menos serão aderentes sérios, com os quais poderemos contar”.⁴

[O Individualismo]

Diferença relevante também se dá em torno da questão do individualismo anarquista. O especificismo significa uma recusa absoluta

4 Idem. “Programa Revolucionário e Programa Liberal”. In: Conceito de Liberdade, pp. 188-189.

e completa do individualismo anarquista. Por este motivo, diverge de outras organizações que aceitam trabalhar com os individualistas. Para nós, há dois tipos de individualistas no anarquismo. Um tipo, que era mais comum no passado, de pessoas que preferem trabalhar sozinhas, mas que têm em mente o mesmo projeto que nós. Nestas pessoas, só temos a criticar o fato de que, estando desorganizadas, não conseguem potencializar os resultados de seu trabalho. Um outro tipo, mais em evidência nos dias de hoje, renunciou ao projeto socialista. Baseados na crítica anarquista do Estado, possuem pouca crítica ao capitalismo, e nenhuma atuação no sentido de transformar socialmente a realidade em que vivemos. Colocando-se na condição de simples observadores críticos da sociedade, constroem um anarquismo a partir de referências e pensadores secundários, simplesmente em torno da crítica. Não possuem qualquer projeto de sociedade e muito menos uma atuação coerente que aponte para esta nova sociedade. Poderíamos nos perguntar:

“O que então nos resta do individualismo anarquista? A negação da luta de classes, a negação do princípio de uma organização anarquista, cuja finalidade seja a sociedade livre de trabalhadores iguais: e mais ainda, a charlatanice vazia, estimulando os trabalhadores infelizes com sua existência, a tomar parte recorrendo a soluções pessoais, supostamente abertas a eles enquanto indivíduos libertados”.⁵

Assim, exacerbam o papel da liberdade individual, que, apartada da liberdade coletiva, torna-se meramente um gozo egoísta, para o deleite de alguns poucos que podem, por seus privilégios dentro do capitalismo, permitir-se isso. Na realidade, a liberdade individual só pode existir na liberdade coletiva, pois a escravidão de outros limita a liberdade de cada um, e a liberdade individual plena só pode se realizar no momento em que, coletivamente, todos forem livres. Concordamos com Bakunin quando colocou:

“Só posso considerar-me e sentir-me livre na presença e em relação a outros homens. [...] Só sou verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, são igualmente livres. A liberdade do outro, longe de ser um limite

5 Dielo Trouda. “El Problema de la Organización y la Noción de Síntesis”.

ou a negação da minha liberdade, é, ao contrário, sua condição necessária e sua confirmação. Apenas a liberdade dos outros me torna verdadeiramente livre, de forma que, quanto mais numerosos forem os homens livres que me cercam, e mais extensa e ampla for sua liberdade, maior e mais profunda se tornará a minha liberdade. Ao contrário, é a escravidão dos homens que põe uma barreira na minha liberdade. [...] Minha liberdade pessoal assim confirmada pela liberdade de todos se estende ao infinito”.⁶

Para nós, é impossível buscar uma liberdade individual em uma sociedade como a nossa, em que milhões não têm acesso às mais básicas necessidades de um ser humano. Não há como se pensar em um anarquismo puramente individual, como uma forma de se colocar no mundo, de ter um estilo de vida diferente. Para os individualistas, na grande maioria dos casos, ser anarquista significa ser artista, boêmio, defender a liberdade sexual de ter relacionamentos abertos ou com mais de um(a) companheiro(a), usar roupas diferentes, ter um corte de cabelo radical, ter comportamentos extravagantes, comer comidas diferentes, definir-se pessoalmente, realizar-se pessoalmente, ser contra a revolução(?!), ser contra o socialismo(?!), possuir um discurso sem pé nem cabeça – gozando da liberdade de estética – enfim, tornar-se apolítico.

Discordamos radicalmente desta posição e acreditamos que as influências neste sentido são funestas ao anarquismo, afastando militantes sérios e comprometidos. Finalmente, concordamos com Malatesta quando enfatizou:

“É verdade, gostaríamos de poder estar, todos nós, de acordo, e reunir em um único feixe poderoso todas as forças do anarquismo. Mas não acreditamos na solidez das organizações feitas à força de concessões e de restrições, onde não há entre os membros simpatia e concordância real. É melhor estarmos desunidos que mal unidos”.⁷

Para nós, escolher o modelo mais adequado de organização

6 Mikhail Bakunin. Império Knuto-Germânico. Citado em Daniel Guérin (org.). Textos Anarquistas (trechos de Ni Dieu, Ni Maître). Porto Alegre: LP&M, 2002, pp. 47-48.

7 Errico Malatesta. “A Organização II”. In: Escritos Revolucionários, p. 62.

anarquista é fundamental para que tenhamos os meios mais adequados e coerentes com os fins que buscamos atingir. Se defendemos o especificismo, que é uma forma de organização anarquista, é porque acreditamos que ele é hoje mais adequado para o trabalho que pretendemos realizar. Entendemos que há anarquistas que não concordam com o especificismo e não achamos que são menos anarquistas por isso. Só exigimos respeito por nossa escolha, assim como nós respeitamos aqueles que fizeram outras escolhas.

ANARQUISMO ESPECIFISTA

Felipe Corrêa

Organização e inserção social

O anarquismo especificista reivindicado pela Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), ou simplesmente especificismo, é uma concepção de organização anarquista. Trazido do Uruguai, o termo “especificismo” refere-se a dois eixos fundamentais que marcam a atuação anarquista: a organização e a inserção social, baseados em dois conceitos clássicos do anarquismo, que são a atuação diferenciada nos níveis político e social (conceito de Bakunin) e a organização específica anarquista (conceito de Malatesta). Os primeiros a utilizar este termo foram os companheiros da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), apesar de se referirem a uma forma de organização que começou a ser desenvolvida no século XIX e que foi aprimorada durante o século XX. Em sua Declaração de Princípios, a FAU relaciona o conceito de especificismo com o anarquismo organizado:

“Nossa crítica e nosso projeto não se esgotam no levante, no protesto e na rebelião, mas amadurecem em um modelo de sociedade libertária inconfundivelmente socialista, em uma estratégia de ruptura revolucionária e em um estilo militante combativo e de agitação permanente em direção às transformações sociais em grande escala. Este projeto canaliza-se por meio da organização revolucionária especificista e é, portanto, luta organizada.”¹

A organização e a inserção social não são defendidas por todas as correntes anarquistas. Sabemos que o anarquismo é bastante amplo e, por isso, abarca diversas concepções, muitas delas contraditórias.

O especificismo defende uma posição clara na polêmica histórica sobre a questão da organização e da prática anarquista, e é por isso que

1 FAU. Declaración de Princípios.

tem como seu primeiro eixo a organização. Em primeiro lugar, defende que os anarquistas devem organizar-se especificamente, como anarquistas, para então trabalhar com o movimento social.

Neste modelo organizacional, vale a idéia que, para se atuar com eficiência na luta de classes, é preciso que os anarquistas estejam organizados, no nível político, como um grupo coeso, com discussão política e ideológica avançada, com uma estratégia bem definida, de forma que isso lhes dê força suficiente para atuar no âmbito das lutas, dos movimentos sociais.

A organização específica anarquista, que trabalha no âmbito político, atua no seio da luta de classes, nos movimentos sociais e populares, que constituem o âmbito social. Neste trabalho, os anarquistas, organizados como minoria ativa, influenciam-lhes o quanto podem, fazendo-os funcionar da forma mais libertária possível. Organizados como um agrupamento específico coeso, os anarquistas constituirão uma força social muito maior e poderão funcionar como um elemento sólido de influência e persuasão que terá menos chance de ser “atropelado” por um partido de esquerda, por autoritários de qualquer estirpe, pela igreja, e outros indivíduos e grupos que tentam a toda hora usar o movimento social para seu próprio benefício.

O segundo eixo do anarquismo especificista é a inserção social. A idéia de inserção social está ligada àquela busca do vetor social perdido pelo anarquismo, quando este terminou por desligar-se da luta de classes e dos movimentos sociais. Com o episódio do afastamento dos anarquistas do movimento sindical no Brasil, ocorrido entre os anos 1920 e 1930, há uma perda desse vetor social do anarquismo que termina por organizar-se em centros de cultura, ateneus, escolas etc. A inserção social reforça a idéia de que os anarquistas devem buscar, além destes aspectos de reforço da memória e da promoção da cultura libertária, principalmente, ter um papel relevante na luta dos movimentos sociais e populares.

Muitos têm um pouco de receio com o termo “inserção social” por associá-lo ao velho “entrismo” da esquerda autoritária em movimentos para tentar aparelhá-los ou fazê-los funcionar em seu próprio benefício. Na realidade isso não é verdade; este conceito de inserção social dos anarquistas está ligado tão-somente, à ideia de retorno organizado dos anarquistas à luta de classes e aos movimentos sociais. Não em um sentido vanguardista de lutar pelo movimento, mas defendendo a

minoria ativa que luta com o movimento.

Há algumas outras ideias que caminham junto com os conceitos apresentados acima. Por exemplo, a crítica à falta de organização da maioria dos anarquistas, propondo, para tanto, essa forma de anarquismo organizado, norteador pela concepção de organização específica explicada anteriormente. Há também uma clara oposição ao anarquismo individualista e à exacerbação dos egos, propondo uma forma de anarquismo comunista ou coletivista, que faz da liberdade coletiva seu norte estratégico e que, sem ela, considera impossível a liberdade individual. Essa forma de organização opõe-se ao modelo sintetista, por acreditar que não funciona colocar uma série de indivíduos e organizações sob o “guarda-chuva” anarquismo, simplesmente realçando uma identidade em torno da crítica – pois geralmente só há acordo na crítica do Estado, do capitalismo, da democracia representativa – ou mesmo da sociedade futura; isso porque não há nenhuma unidade em termos organizacionais ou nas questões construtivas. Ou seja, não há uma posição clara em torno da forma de organização adequada, em torno do “como” atuar.

Muitos anarquistas nem mesmo consideram a organização tão necessária e outros a acham até autoritária. No modelo de organização especificista, defende-se a ideia de se trabalhar com unidade tática e teórica, o que facilita enormemente o trabalho com projetos estratégicos bem definidos e com todos trabalhando no mesmo sentido. Nesta forma de organização, há também um papel preponderante para a questão da responsabilidade e do comprometimento, o que veremos com algum detalhe a seguir.

Ética e responsabilidade

Juntos com a noção de organização e inserção social, caminham dois princípios: a ética e responsabilidade.

A ética é entendida sempre como sinônimo do próprio anarquismo, constituindo-se como sua “espinha dorsal”. Não deve ser entendida como um sistema de ideias e valores teóricos, não aplicáveis, mas sim como um princípio aplicável, de valores, que leva em conta interesses coletivos e universais, e que define os princípios de conduta. A ética anarquista é justamente uma necessidade de coerência entre nossa conduta e os princípios que defendemos, no caso da FARJ, por exemplo, liberdade, federalismo, autogestão, internacionalismo, ação direta, clasismo, prática política, inserção social e apoio mútuo.

A ética diferencia-se radicalmente da moral. A moral é algo que se coloca de fora para dentro, um conteúdo não elaborado e que, por meio da coerção, se aceita, ou, simplesmente, submete-se a ela. Diferentemente, a ética é algo que vem de dentro para fora, ou seja, algo que é processado e refletido sem coerção, e que depois norteará a conduta. A moral pode ser considerada uma vitória sobre o indivíduo ao passo que a ética é o “vencer com” (ou convencer), sendo a conduta norteadada pela ética, o resultado da elaboração e do processamento dos conceitos.

Muito se relacionou, durante a história do anarquismo, a ética com a coerência entre meios e fins. Para isso, defende-se uma forma de atuação que seja condizente com o fim que se deseja atingir; a chamada coerência entre meios e fins. Entende-se que se a luta tem por objetivo a liberdade, deve ser feita na liberdade. Isso se aplica em diversas formas diferentes, desde rechaçando um meio autoritário como o Estado para se chegar à liberdade – o conceito marxista de socialismo – até defendendo uma atuação honrada, íntegra e honesta politicamente – muito ao contrário das histórias de militância de Netchaiev, por exemplo, que achava que tudo valia a pena para se chegar à revolução, mesmo mentindo, enganando, chantageando, traindo companheiros etc.

Na própria história do anarquismo no Rio de Janeiro, relacionou-se bastante a ética com o respeito mútuo, entendendo-a como um princípio que exigiria a necessidade de se respeitar os companheiros de luta e fazer do ambiente político um lugar de solidariedade, seja com militantes antigos, seus companheiros, seja com novos interessados. Preconiza-se, assim, uma consideração à pluralidade de ideias e um direito à manifestação e voz, sempre tratando as pessoas com o devido respeito e repudiando condutas anti-sociais, desagregadoras e divisionistas.²

Além disso, pode-se relacionar a ética com a responsabilidade, da forma que fez Ideal Peres, quando afirmou que “um sujeito que tem uma ética libertária sabe por que está lutando e consegue explicar os motivos ideológicos da luta, tem compromissos e autodisciplina para levar a cabo as tarefas assumidas”. Nesta relação, Ideal Peres, que sempre reforçou os valores de ética e responsabilidade, colocou a necessidade de os militantes anarquistas conhecerem os motivos da luta, ou seja, contra o que se luta e pelo que se luta, conseguindo justificar ideologicamente seus argumentos. O compromisso e a autodisciplina seriam fundamentais para colocar em prática essa ética libertária, sendo, portanto, antiéti-

cos os anarquistas que defendem uma posição muito comum no universo libertário de descompromisso e irresponsabilidade.

Ao entenderem que a responsabilidade é contrária à liberdade, muitos anarquistas impossibilitam-se de realizar qualquer atividade séria, com objetivos mínimos. Os anarquistas que defendem a ideia de responsabilidade acreditam que sem ela é impossível fazer qualquer projeto de médio ou longo prazo, de colocar em prática um projeto de curto prazo ou mesmo de estabelecer uma forma de ação e cumpri-la.

A partir dessa visão entende-se que, para a realização de quaisquer atividades em uma organização, deve haver uma discussão prévia, um planejamento estratégico que se desdobra em um planejamento tático, com as diversas ações que a organização realizará. Para que isso aconteça, devem-se dividir as responsabilidades e cada um deve fazer o que assumiu. Como recentemente escreveu a FARJ, “a autodisciplina é o motor da organização autogestionária”³, e deve funcionar sem disciplina servil, mas com coerência com as ideias aceitas, com a realização das tarefas assumidas e com uma obrigação severa para com o trabalho de militância e de luta.

* Felipe Corrêa é militante da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

3 FARJ. “Reflexões sobre a Responsabilidade, o Comprometimento e a Autodisciplina”.

